



MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS ÁGUAS E DOS RESÍDUOS EM PORTUGAL

O Governo continua na sua senda de vender Portugal ao desbarato à iniciativa privada, não importa os meios nem os assuntos nem as pessoas – os próprios portugueses.

A recente intenção de privatização da Empresa Geral do Fomento e os novos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) constituem uma verdadeira afronta para a gestão de recursos que devem ser de todos e geridos para todos, sem qualquer intenção lucrativa. É de enorme preocupação sobre a legislação em preparação, designadamente os novos estatutos da ERSAR e a privatização da Empresa Geral do Fomento, integrada no grupo Águas de Portugal para o setor dos resíduos.

No caso da ERSAR, a legislação aprovada pelos partidos que integram o Governo prevê dotar esta entidade com poderes vinculativos para fixar as tarifas dos sistemas municipais de água e saneamento, atribuindo-lhe poderes de aplicação de multas e cobrança coerciva. Este diploma será remetido agora para promulgação do Presidente da República. A alteração aos estatutos da ERSAR vem usurpar aquelas que são competências dos municípios e que este é mais um forte ataque do Governo à autonomia do Poder Local e dos interesses das populações.

No que diz respeito à Empresa Geral do Fomento, a sua privatização foi aprovada em reunião do Conselho de Ministros do passado dia 30 de janeiro e deverá estar concluída no final do primeiro semestre do próximo ano. Uma vez mais, o Governo prepara-se para privatizar uma empresa que dá lucro, funciona bem e ganhou a confiança dos portugueses a que se seguirá a privatização da água, na continuação das alterações à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho – Lei de Delimitação de Setores - que

Se há recursos que devem permanecer públicos e geridos por entidades públicas e sem objetivo lucrativos são as águas e todos os recursos do subsolo que, aliás, constituem bens do domínio público. Esta intenção do Governo é mais um ataque inequívoco à gestão pública dos bens que são de todos os portugueses e contra o Poder Local democrático que corre o risco de se transformar num “cobrador de bilhetes” do Governo e de privados, despojando as Autarquias das atribuições que devem ser exercidas pelos seus eleitos.

Profundamente preocupada com esta situação e reproduzindo os anseios dos alcacerenses, particularmente, daqueles cujo preço da água influencia decisivamente a sua vida diária, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal deliberou:

1. Exigir à Assembleia da República e ao Governo a revogação de toda e qualquer intenção de privatização da água e da recolha e tratamento de resíduos;
2. Reiterar, perante o Governo, a Assembleia da República e os Grupos Parlamentares, a sua firme vontade de repudiar a privatização da Empresa Geral de Fomento - EGF e, por esta via, de 51% do capital público das empresas públicas de recolha e tratamento de resíduos urbanos que correspondem a uma participação de 49% das autarquias no seu capital;
3. Exigir do Governo que, com os Municípios, encontre uma solução que sirva os interesses das populações e do Poder Local democrático;
4. Condenar a presente situação e, igualmente, a perspetiva das Autarquias Locais poderem ser confrontadas com a obrigação de cumprirem preços da água determinados por entidades estranhas ao Poder Local e contra os interesses das populações;
5. Finalmente, solidarizar-se com a justa luta de quantos reafirmam, quase 40 anos depois do 25 de Abril, que a liberdade da democracia exige um reforço do papel do Estado e das Autarquias Locais e não a sua submissão a interesses privados e ao lucro de alguns.

Os Deputados Municipais

Esta Moção foi aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014.